

FICHE AMENDEMENT

Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 34.º, novo

Déposée par Monsieur Luís Queiró

Qualité : Suppléant

1. A actuação das Instituições da União assenta nos princípios do diálogo e do respeito mútuo, na sua relação com as organizações representativas dos diversos interesses de carácter económico, social, cultural ou religioso nos Estados membros ou na União.

2. Salvo razões de urgência devidamente fundamentadas, a iniciativa e actuação legislativa e decisória das Instituições da União deve ser precedida das consultas públicas e outras formas de diálogo com as organizações referidas no número anterior.

Explication éventuelle :

Não parece que deva ser o Tratado a pré-definir o modelo de democracia participativa, por contraposição ao modelo de democracia representativa, por exemplo. Aliás, os dois modelos, a não ser como tipos ideais, não se excluem mutuamente.

O n.º 1 é redundante. O direito de participar na vida democrática dos Estados membros e da União resulta igualmente dos princípios iniciais do Tratado, nomeadamente dos artigos 2.º, 5.º (e da Carta dos Direitos Fundamentais) e 7.º (Cidadania). Proponho a sua eliminação.

O n.º 2 peca igualmente, entre outras coisas, pela indeterminação dos destinatários, traduzindo mais uma afirmação política – louvável – do que uma norma jurídica. O direito de os cidadãos expressarem a sua opinião resulta dos princípios fundamentais já referidos, aparecendo explicitamente na Carta dos Direitos Fundamentais. O que se entende por associações representativas? De cidadãos? São os partidos políticos, as ONGs, as associações de interesses (grupos de interesse, associações de consumidores, associações profissionais, etc). Parece que a redacção é demasiado ampla e vaga, não se afigurando igualmente necessária para a consecução dos objectivos de transparência e participação que a União terá de respeitar.

O n.º 3 assume a existência de uma sociedade civil «europeia» (?) É conceito discutível já antevisto na revisão de Nice (v. artigo 257.º CE). Aqui fala-se de um diálogo com «organizações representativas», conceito diverso do constante do n.º 2, que fala em «associações representativas».

No actual tratado CE, em matéria de política social, prevê-se a consulta, pela Comissão, dos parceiros sociais (artigo 138.º).

Propõe-se uma nova redacção que utiliza uma formulação que aproximará o texto do artigo 257.º, relativo ao Comité Económico e Social, mas respeitando melhor a diversidade social e cultural entre os Estados membros, no seio da União.